

## Eixo Capital



**LUANA PATRIOLINO (INTERINA)**  
luanapatriolino.df@dabr.com.br

Ed Alves/CB/DA.Press



## Epidemia e caos

O Governo do Distrito Federal (GDF) divulgou que as tendas de hidratação para pacientes com dengue na capital atenderam mais de 31 mil pessoas em 25 dias. A iniciativa é boa, mas tem acumulado reclamações diárias a respeito de superlotação e distância entre as instalações e os hospitais públicos das cidades. No início do mês, um vídeo de um paciente tomando soro em pé, na tenda de acolhimento, em São Sebastião, viralizou nas redes sociais.

## Outro lado

As instalações também serviram para o atendimento de aproximadamente 27,28% dos casos suspeitos da doença na capital. Procurada, a Secretaria de Saúde do Distrito Federal não se manifestou até o fim da edição desta coluna.



## Saúde mental em pauta

A deputada distrital Paula Belmonte (Cidadania) agendou, para 29 de fevereiro, uma audiência pública no plenário da CLDF para discutir o quanto a saúde física e mental das forças de segurança da capital. "Queremos identificar os problemas e contribuir com sugestões de iniciativas que realmente possam ajudá-los nos desafios da rotina de trabalho", disse a parlamentar.

## Combate

O distrital Joaquim Roriz Neto (PL) protocolou projeto de lei que estabelece a distribuição de repelentes para famílias de baixa renda no DF, como forma de combater a proliferação da dengue. Conforme a proposta, a distribuição será realizada sempre que o GDF decretar situação de emergência em decorrência da doença. Terão direito pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal, o CadÚnico. O parlamentar deve solicitar tramitação em caráter de urgência. Os recursos serão oriundos do orçamento do Distrito Federal.

## Remoção no Noroeste

O GDF decidiu retomar a remoção das pessoas da ocupação do Noroeste. No fim do ano passado, a ação havia sido suspensa após uma ação protocolada na Justiça pela deputada federal Erika Kokay (PT-DF) — que apontou a necessidade das crianças do local concluírem o ano letivo normalmente. "Parte dessas famílias já estará com seus imóveis em abril. Para outra parte, a solução está em vias de ser concretizada. Por que o GDF não quis esperar dois meses para que essas pessoas fossem para um lugar seguro?", disse a parlamentar.



Divulgação/DF Legal

## Concurso público

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) informou que o Distrito Federal registrou 261.591 mil inscritos no concurso público unificado. Em todo país, foram mais de 2,65 milhões de candidatos. O certame oferece 6.640 vagas para 21 órgãos da administração pública federal. As provas ocorrerão em 220 cidades em 5 de maio.

## Seleção

Brasília é o local de exercício com mais diversidade de carreiras e órgãos de atuação. As inscrições se encerraram ontem. A divulgação dos resultados das provas objetivas e preliminares dos exames discursivos e redação ocorrerá em 3 de junho. O resultado definitivo será anunciado em 30 de julho.

"Ainda nem estamos no pior momento da dengue. Ou fazemos alguma coisa ou nos restará a consciência pesada da omissão e da negligência"

**Wellington Luiz (MDB),**  
presidente da CLDF

"O Distrito Federal é a unidade da federação com mais mortes registradas por dengue. A tendência, em todo o Brasil, é de que a curva de casos cresça ainda mais nas próximas semanas, e ainda assim, o governador não age"

**Gabriel Magno (PT),**  
deputado distrital

Marcelo Ferreira/CB/DA.Press



Mariana Lira/CB/DA.Press

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos\_cb

**HABITAÇÃO /** Processo contemplará 12 mil lotes de Vicente Pires. Associação de moradores acusa a Terracap de estar exorbitando no valor dos imóveis, que custarão 0,3% do preço de mercado pelo contrato de concessão uso

## Regularização mais perto

» PABLO GIOVANNI

Marcelo Ferreira/CB/DA.Press



Processo de regularização do Trecho 2 se iniciou com o cadastramento

Entre os dias 5 de fevereiro a 5 de agosto, a Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal (Terracap) realizará o cadastramento de imóveis no Trecho 2 de Vicente Pires, entre a Via Estrutural e a Colônia Agrícola Samambaia. O processo deve contemplar cerca de 12 mil lotes. Entretanto, o preço cobrado pela empresa — 0,3% do valor de mercado — desagradou moradores, que judicializaram a medida do Executivo local e tentam negociar a compra dos terrenos diretamente com a União, antiga dona das terras.

Este é o terceiro edital para cadastro envolvendo o Trecho 2, desde que o governo federal repassou a propriedade de áreas da Vicente Pires para a Terracap, em abril de 2018. A agência afirma que o objetivo do cadastro, por parte dos ocupantes dos imóveis e comércios, servirá para identificar justamente quem ocupa aquele espaço. Ao se cadastrar, os moradores da região celebrarão o contrato de concessão de uso — documento que não dá a posse definitiva do terreno, mas o direito a usufruir do mesmo —, que servirá para que o ocupante possa regularizar as edificações junto à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e

Habituação (Seduh) e a expedição do Habite-se de regularização.

## Abusivo

O presidente da Associação de Moradores de Vicente Pires (Amovipe), Gilberto Camargos, explica que a concessão será de 0,3% do valor de mercado do imóvel. Mas, segundo ele, a agência trabalha com valores exorbitantes.

"Nós entramos na Justiça para parar essa regularização. A terra

ainda é da União e nós desejamos que o governo federal fique responsável pela área. Vários moradores ingressaram, também, no Poder Judiciário", anunciou. "Queremos fazer negócio com a União, porque a Terracap trabalha com o valor da concessão em 0,3% do valor do mercado do imóvel. Na semana passada, uma idosa de 77 anos foi jogada para fora de casa, porque obrigaram ela a fazer o financiamento abusivo. As pessoas estão fazendo o cadastro por conta de

## Decreto

» Decreto Distrital nº 44.860/2023 trata de emissões de alvarás para obras em lotes de propriedade pública, localizados em áreas de regularização fundiária, cujo projeto ainda não esteja registrado em cartório.

» O objetivo do decreto é estabelecer condições para que a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) e os demais órgãos de aprovação possam analisar os projetos, observando os usos e parâmetros urbanísticos previstos nas diretrizes de cada setor, bem como no Código de Obras e Edificações.

um terror psicológico", denunciou. Camargos acrescenta que a regularização direta com o imóvel sendo negociado pela União é uma opção, tendo em vista que, de acordo com ele, a terra ainda é do governo federal. "Todos aqueles que quiserem regularizar seu imóvel diretamente com a União, seja comprando, seja requerendo a gratuidade, para quem não tem condições de pagar, é importante que entre no site do governo federal. Pode e

deve ser feito por todos, pois mesmo que haja negativa, servirá para ser usada na Justiça para garantir os direitos", completou.

O **Correio** procurou a Terracap para detalhar o processo de regularização, mas não obteve resposta. Em outubro do ano passado, o presidente da agência, Izídio Santos Junior, explicou ao **Correio** como funcionaria o cálculo do valor dos imóveis da região. "O cálculo é feito a partir de uma avaliação à época do edital, que é assinada por um engenheiro avaliador e tem validade de apenas seis meses. Naquele momento, o imóvel vai ter um valor 'x'", disse.

"Há uma conta da infraestrutura que foi executada pelos ocupantes em áreas públicas, desde que esteja documentada. Esse valor é dividido pela quantidade de lotes e é abatido do preço final. Existe muita gente falando que os imóveis serão vendidos por esse ou aquele valor, mas nem chegou a esse momento ainda. Não temos as avaliações. Quem está falando isso está falando muito prematuramente e sem conhecimento algum", informou, na ocasião.

## Arniqueira

Além dos imóveis de Vicente Pires, a Terracap abriu o cadastro

para a URB 06 de Arniqueira, área próxima a administração regional da cidade, conhecida como Vereda Grande. De acordo com a agência, o cadastro para os dois editais pode ser realizado pelo aplicativo da agência nas plataformas Android e iOS, e, também, pela internet. Ao entrar na página ou no aplicativo da Terracap, o interessado vai encontrar uma seção chamada de "Regularize".

No campo, haverá a aba "Criar Cadastro". O interessado deverá selecionar a área de regularização. Basta acessar o link e preencher as informações solicitadas pela companhia, como em um formulário. Nele, serão solicitados dados pessoais para contato, além do detalhamento sobre os imóveis a serem regularizados. Para facilitar a identificação, a agência disponibiliza um desenho do lote requisitado.

Segundo a agência, após a realização do cadastro, o ocupante poderá solicitar que seja realizado o contrato de concessão de uso. É só apresentar a documentação obrigatória para análise. O pagamento não é ato compulsório para participar do processo de venda direta, mas, segundo a Terracap, garante benefícios.

\*Colaborou Naum Giló